

Mães unem-se contra a exposição excessiva de crianças aos ecrãs

Patrícia Carvalho

Movimento junta pessoas que se preocupam com a sobreexposição das crianças aos ecrãs e pediu uma audiência ao PR

Fartaram-se de lutar sozinhas contra o tempo excessivo que vêem as crianças passar coladas a um ecrã e decidiram avançar com a criação de um movimento que se propõe reflectir e agir sobre “a exposição excessiva a ecrãs na infância e adolescência”. São quatro mães e professoras que, no final do ano passado, se juntaram e criaram o Movimento Menos Ecrãs, Mais Vida!, já depois de duas delas terem lançado petições *online* relacionadas com o uso de telemóveis nas escolas e o recurso a manuais digitais. Agora, querem reunir-se com o Presidente da República, a quem já pediram uma audiência.

Mónica Pereira dá aulas de ioga a crianças e, com um filho pequeno, começou a ficar preocupada ao ouvir os relatos de vários pais de quem era amiga, sobre as mudanças com que se depararam quando os filhos transitaram para o 5.º ano. “Percebi que havia filmagens não consentidas no recreio, *cyberbullying*, a exclusão de uma criança por não ter telemóvel. Ouvi várias vezes uma mãe dizer que a filha queria brincar com as amigas e que estas pediam para ela esperar, porque estavam ocupadas com o telemóvel. Isto fez-me muita confusão e comecei a pesquisar sobre o tema”, conta.

O que encontrou deixou-a suficientemente preocupada para, em Maio, avançar com a petição “VIVER o recreio escolar, sem ecrãs de *smartphones!*”, que recolheu, até ao momento, mais de 22 mil assinaturas. O documento propunha que fosse feita uma actualização ao Estatuto do Aluno, a partir do 2.º ciclo, proibindo-se o uso do telemóvel. A sugestão deixada para o concretizar era que “as escolas estejam equipadas com caixas, cacifos ou armário próprio onde, à primeira hora, os telemóveis sejam guardados e que, no final da última hora, os alunos os recolham”. Esta solução, indicava-se na petição, implicaria que “os alunos continuam a poder contactar ou ser contactados pelos pais quando chegam à escola e passam a poder fazer actividades de recreio, mas sem utilizar o telemóvel”.

Na mensagem de apresentação do movimento, sustenta-se que a proposta desta petição iria permitir que as crianças e jovens “socializem nos



Famílias questionam uso de ecrãs nas escolas, incluindo telemóveis e manuais digitais

recreios e brinquem”, ao mesmo tempo que iria contribuir para a diminuição dos “casos de *cyberbullying* e contacto com conteúdos impróprios” para os menores, impedindo que estes “fiquem reféns do vício de jogos e redes sociais”.

Brincar mais

A petição chegou à Assembleia da República a 7 de Dezembro, mas os membros do movimento lamentam que o Governo não tenha adoptado uma medida firme nesta matéria, optando por continuar a dar autonomia às escolas nas decisões sobre o uso de telemóveis. “Salvo casos pontuais de escolas que impuseram restrições, na maioria delas o telemóvel continua a ser usado livremente, para grande prejuízo das crianças e jovens”, afirmam na mensagem de apresentação.



O meu filho trouxe um tablet com manuais escolares e só o usou para jogos

Catarina Prado e Castro
Mãe de criança de oito anos

A 7 de Dezembro, e ainda antes da constituição do movimento, a que posteriormente se juntaria, Catarina Prado e Castro avançou com uma outra petição, que até ontem de manhã contava com mais de 930 assinaturas. O motivo, desta vez, é o que considera ser “a excessiva digitalização no ensino e a massificação dos manuais escolares”.

Mãe de um menino de oito anos que frequenta uma das escolas integradas no projecto-piloto dos manuais digitais, a professora não se conforma com o que diz ser “uma imposição” com a qual não concorda. “O meu filho trouxe um *tablet* com manuais escolares digitais e a única coisa que fez ali foi jogar jogos”, diz.

Admite que já pensou mudá-lo de escola, onde continua a existir o recurso aos livros em papel, mas a decisão é difícil e não quer ter de avançar, porque, em tudo o resto, gosta do estabelecimento de ensino que a criança frequenta, em Coimbra. “Imagine o que é mandar uma criança estudar para o quarto num *tablet*. Ele vai distrair-se com jogos, com redes sociais. E as crianças pequenas são as mais penalizadas”, lamenta.

Preocupações que expôs na petição que exige o “fim imediato do projecto-piloto Manuais Digitais do Ministério da Educação nas escolas integrantes do projecto” e a “continuidade dos manuais em papel em todas as escolas portuguesas”. Entre

os argumentos apresentados estão problemas de saúde (como a obesidade potencial pela falta de actividade física ou dificuldades de visão) e estudos que apontam para os malefícios do recurso a estes meios, a par com o exemplo da Suécia, que, depois de ter sido pioneira na introdução dos manuais digitais, decidiu recuar, por causa dos maus resultados obtidos. Acresce, diz-se na petição, que as crianças foram já “altamente penalizadas devido à pandemia e confinamentos, em que o ensino à distância deixou manifestamente profundas lacunas nas aprendizagens”.

O recurso a manuais digitais não ajuda, defende-se ainda na petição, cujos autores argumentam que “o suporte digital favorece a distração” e “potencia a navegação *online* sem supervisão”. O alerta de Catarina Prado e Castro sobre as consequências mais gravosas para as crianças mais pequenas é reproduzido no documento, no qual se indica: “Nos primeiros anos de aprendizagem precisam de treinar a caligrafia e a motricidade fina. O uso excessivo do digital pode interferir no desenvolvimento cerebral normal, afectando a atenção, a memória, assim como as suas capacidades de comunicação”, pode ler-se no documento. Neste momento, mais de 20 mil alunos do 3.º ao 12.º ano de escolaridade, em 160 escolas, estão envolvidos no projecto-piloto dos manuais digitais.

Arguidos do caso das golias antifumo vão a julgamento

Acusação foi validada na íntegra. Entre os arguidos está o antigo secretário de Estado José Artur Neves e o ex-presidente da ANPC

O Tribunal Central de Instrução Criminal enviou para julgamento todos os arguidos do caso das golias antifumo, ao validar na íntegra a acusação do Ministério Público (MP).

O caso levou, em 2019, a demissões no Governo, por alegados crimes de fraude na obtenção de subsídio, participação económica em negócio e abuso de poder.

Entre os 19 arguidos (14 pessoas e cinco empresas) estão o ex-secretário de Estado da Protecção Civil, José Artur Neves, e o ex-presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil (ANPC), Mourato Nunes. A acusação foi revelada pelo MP em Julho de 2022, na sequência das suspeitas sobre a compra de golias de autoprotecção no programa “Aldeia Segura – Pessoas Seguras”, lançado na sequência dos incêndios florestais de 2017. A investigação identificou “ilegalidades com relevo criminal em vários procedimentos de contratação pública” no âmbito daquele programa, que foi co-financiado pelo Fundo de Coesão, considerando que causou prejuízos para o Estado no valor de 364.980 euros, supostamente desviados a favor dos arguidos.

Parte do material de protecção e de sensibilização anti-incêndios destinado a ser distribuído às populações, como as golias, não fornecia a devida protecção perante o fogo, tendo o MP que o projecto serviu sobretudo para dar dinheiro a ganhar a empresários das relações do secretário de Estado e dos seus colaboradores mais próximos, que estariam conluídos com os dirigentes da ANPC.

Parte das firmas escolhidas para fazer os fornecimentos nem sequer estavam habilitadas para tal. Aquela que ficou mais conhecida, a Fox Trot Aventura, limitava-se a pouco mais do que a gerir um parque de campismo, razão pela qual teve de subcontratar o fornecimento das golias antifumo. O Governo deu carácter de urgência a estes fornecimentos, alegando que os materiais deviam ser distribuídos antes da época dos fogos de 2018, dispensando os concursos públicos e recorrendo ao mecanismo da consulta prévia, através do qual são convidadas a apresentar propostas apenas algumas empresas. **Lusa**